



**Câmara Municipal de Vereadores
Concórdia SC**



OFÍCIO Nº 842/2019

Concórdia, 19 de novembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Presidente Davi Alcolumbre
Senado Federal
Brasília DF

Senhor,

Encaminhamos a Vossa Excelência cópia da Moção de Apelo nº. 29/2019 de autoria dos Vereadores Marilane Fiametti Stuari, Fabiano Caitano, Valcir Zanella, Anderson Guzzatto, Artêmio Ortigara, Claiton Casagrande, Jaderson Miguel Prudente e Closmar Zagonel, que solicita que seja alterada a legislação e possa permitir a prisão após condenação em segunda instância.

Atenciosamente,

**Mauro Acir Fretta
Presidente**



Câmara Municipal de Vereadores
Município de Concórdia
Estado de Santa Catarina
Gabinete do Vereador Artêmio Ortigara

CÂMARA VEREADORES
CONCÓRDIA - SC
Protocolo 3231/2019
Data: 14/11/2019
Hora: 11:05:34
Vereador Artêmio Ortigara e
Outros

Artêmio

Moção N° 29/2019

Excelentíssimo Senhor
MAURO ACIR FRETTA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Concórdia – Santa Catarina

O vereador que esta subscreve, com amparo no regimento Interno da Casa, solicita que seja colocado em discussão e apreciação no Plenário a presente “**MOÇÃO DE APELO**” a ser encaminhada ao Congresso Nacional para que seja alterada a legislação e possa permitir a prisão após condenação em segunda instância.

CONSIDERANDO

Que, desde a Constituição de 1988, o entendimento sobre a prisão em segunda instância já mudou várias vezes. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o réu só podia ser preso após o trânsito em julgado, ou seja, depois do recurso a todas as instâncias. Antes do esgotamento de recursos, ele poderia no máximo ter prisão preventiva decretada contra si. Já em fevereiro de 2016, o Supremo decidiu que um réu condenado em segunda instância já pode começar a cumprir sua pena – ou seja, pode parar na cadeia mesmo enquanto recorre aos tribunais superiores. Naquele momento, a regra foi aplicada ao caso de um réu específico. No mesmo ano, o STF reafirmou a decisão, que passou a ter validade para todos os casos no Brasil. Em 2019, a constitucionalidade da condenação em segunda instância voltou ao Supremo Tribunal Federal para novo julgamento. Apesar de a questão ser, em grande medida, um dos pilares da Operação Lava Jato – hoje, a operação tem cerca de 100 condenados em segunda instância – o ministro Dias Toffoli afirmou que “o julgamento não se refere a nenhuma situação particular”.

Câmara de Vereadores de concórdia - Rua Leonel Mosele, n° 96, CEP 89700-176, Concórdia – SC, fone: (49) 3441-2504

Artêmio
12.8
Artêmio



Câmara Municipal de Vereadores
Município de Concórdia
Estado de Santa Catarina
Gabinete do Vereador Artêmio Ortigara

CONSIDERANDO

A possibilidade de apresentação de inúmeros recursos antes da sentença penal condenatória transitar em julgado, como forma de estender ao máximo a efetiva prisão e em alguns casos, mesmo tendo cometido um crime não cumprir pena, assim como no caso do jornalista Antônio Pimenta Neves que assassinou a namorada, Sandra Gomide, e foi preso após 11 anos da ocorrência do fato, bem como o ex-senador Luís Estevão foi condenado em 1992 por desviar R\$ 169 milhões de uma obra, e foi parar na prisão somente em 2016, depois de ter apresentado mais de 30 recursos aos Tribunais Superiores

CONSIDERANDO

Que as investigações e a aplicação da justiça ficam prejudicadas. Acabam os benefícios das delações premiadas, usadas no mundo inteiro, e que foram fundamentais para as descobertas da Lava Jato. Basicamente, viramos um país onde roubar e matar não traz punição, onde bandidos continuam soltos, onde o crime compensa. Voltaremos a ser, legalmente, o país da impunidade. Aquele país que acreditamos, por um instante, ter mudado. Voltaremos a ser o paraíso para bandidos de todas as espécies.

CONSIDERANDO

Que Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a decisão por prisão somente após trânsito em julgado poderia soltar 4,9 mil presos – dependendo dos casos, sendo que, na opinião de alguns juristas o número de beneficiários com esta medida poderia ultrapassar a casa dos 150 mil presos. Além disso, tal decisão

Câmara de Vereadores de concórdia - Rua Leonel Mosele, nº 96, CEP 89700-176, Concórdia – SC, fone: (49) 3441-2504



**Câmara Municipal de Vereadores
Município de Concórdia
Estado de Santa Catarina
Gabinete do Vereador Artêmio Ortigara**

também poderia impactar os já condenados da Operação Lava Jato e futuros julgamentos da operação.

CONSIDERANDO

Que assaltantes, homicidas, estupradores já condenados, mas que ainda podem usar recursos a cortes superiores, podem ser soltos. Voltarão a conviver conosco, em sociedade, com plenos direitos, e em condições de atacar novamente a sociedade, novas vítimas, ou até as mesmas. Estaremos sob ameaça constante.

CONSIDERANDO

Que a economia brasileira que estava tendo uma reação, com maiores investimentos e confiabilidade fica ameaçada novamente, pois é de fácil percepção que este ambiente obviamente afasta turismo, negócios, investimentos, progresso e empregos. É o maior retrocesso da nossa justiça e do nosso progresso.

CONSIDERANDO

Que o sistema de prisão antes do transito em julgado da sentença penal condenatória não é exclusividade do Brasil, uma vez é usado também em países desenvolvidos como, Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Portugal, Espanha e Argentina.

Câmara de Vereadores de concórdia - Rua Leonel Mosele, nº 96, CEP 89700-176, Concórdia – SC, fone: (49) 3441-2504



Câmara Municipal de Vereadores
Município de Concórdia
Estado de Santa Catarina
Gabinete do Vereador Artêmio Ortigara

CONSIDERANDO

Que, diante das várias interpretações relacionadas ao tema, tendo em vista que o próprio STF em sua análise da interpretação da legislação ora vigente, não é unânime, visto que, a tese vencedora obteve tão somente maioria simples de votos, numa clara e evidente demonstração de que há a necessidade de uma pacificação do entendimento e isto somente se dará com uma nova redação à legislação pertinente a ser contemplada com a PEC - Proposta de Emenda Constitucional.

Frase:

*"De tanto ver triunfar as nulidades; de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a INJUSTIÇA. De tanto ver AGIGANTAR-SE os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter VERGONHA DE SER HONESTO".
(RUI BARBOSA)*

Diante disto, **MOCIONA-SE**, para que seja alterada a legislação e possa permitir a prisão após condenação em segunda instância.

Concórdia, 13 de novembro de 2019.

Marilane Stuan
Marilane Fiametti Stuan
Vereadora MDB

Fabiano Francisco Caitano
Fabiano Francisco Caitano
Vereador PSDB

Artêmio Ortigara
Artêmio Ortigara
Vereador - PL

Claiton Casagrande
Claiton Casagrande
Vereador PL

Valdir Zanella
Valdir Zanella
Vereador PSDB

Closmar Zagorner
Closmar Zagorner
Vereador Miguel Prudente
Vereador PSD

Anderson Guzzatto
Anderson Guzzatto
Vereador PL



Câmara de Vereadores de Concórdia - Rua Leonel Mosele, nº 96, CEP 89700-176, Concórdia - SC, fone: (49) 3441-2504



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO 9/2020

Junte-se à página oficial da tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas de manifestações externas, conforme listagem a seguir exposta:

1. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.178399/2019-23
2. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.168893/2019-80
3. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.170143/2019-78
4. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.175318/2019-33
5. PLC nº 8, de 2013. Documento SIGAD nº 00100.166981/2019-47
6. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.172387/2019-95
7. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.168149/2019-85
8. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.172384/2019-51
9. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.169008/2019-80
10. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.178368/2019-72
11. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.171620/2019-12
12. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.170961/2019-71
13. PLC nº 80, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.163987/2019-62
14. PLC nº 80, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.157538/2019-85
15. PLC nº 80, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.157237/2019-51
16. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.171189/2019-12
17. PLS nº 186, de 2014. Documento SIGAD nº 00100.175019/2019-07
18. PL nº 5695 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.164959/2019-62
19. PL nº 1615, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.165416/2019-62
20. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.181908/2019-03
21. PEC nº 188, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.171201/2019-81
22. PEC nº 12, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.174985/2019-07
23. PEC nº 188, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.174892/2019-74
24. PLC nº 80, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.174936/2019-66



25. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.165602/2019-00
26. PL nº 3261, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.179966/2019-69
27. PEC nº 12, de 2016. Documento SIGAD nº 00100.166360/2019-63
28. PLS nº 332, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.167772/2019-11
29. PLS nº 332, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.164862/2019-50
30. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.166447/2019-31
31. PLC nº 61, de 2013. Documento SIGAD nº 00100.164905/2019-05
32. PL nº 3260, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.166162/2019-08
33. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.177016/2019-08
34. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.169123/2019-54
35. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.166244/2019-44
36. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.177595/2019-81
37. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.176963/2019-73
38. MPV nº 908, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.037126/2019-63
39. PEC nº 42, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.018578/2020-46
40. PLS nº 166, de 2018. Documento SIGAD nº 00100.167189/2019-18
41. PLC nº 64 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.030038/2020-31
42. PL nº 2989, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.040394/2020-62
43. PLN nº 9, de 2020. Documento SIGAD nº 00100.078840/2020-10
44. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.017183/2020-26
45. PLC nº 72, de 2012. Documento SIGAD nº 00100.078214/2020-15
46. PL nº 2573, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.173608/2019-42
47. PLC nº 72, de 2012. Documento SIGAD nº 00100.181897/2019-53
48. PLC nº 219, de 2015. Documento SIGAD nº 00100.177732/2019-87
49. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.158550/2019-23
50. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.180684/2019-12
51. PEC nº 65, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.179971/2019-71
52. PL nº 3723, de 2019. Documento SIGAD nº 00100.181199/2019-58

Secretaria-Geral da Mesa, 4 de setembro de 2020.

(assinado digitalmente)

JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

